

PARA ESTAR EM GUERRA É PRECISO IR À GUERRA? MOÇAMBIQUE E TIMOR-LESTE: NACIONALISMOS, MULHERES E VIOLÊNCIA SEXUAL

Na segunda metade do século XX, Moçambique viveu em guerra entre os anos de 1964 e 1992 com um curta interrupção entre 1975 e 1976 e Timor-Leste sofreu uma guerra com ocupação militar entre 1975 e 1999. Tanto num país como no outro, estas guerras têm sido percebidas e narradas como feitos dos guerrilheiros, dos heróis, dos combatentes e da sua força nas frentes de batalha, ainda que alimentados e apoiados pelos seus povos através de todas as retaguardas possíveis. Os sofrimentos destas guerras são sobretudo entendidos como coisas viris daqueles que *foram à guerra* e, desse modo, são também discursos acerca da valentia máscula dos filhos da nação. Às mulheres e àqueles que, como elas, estando em guerra *não foram à guerra* reservam-se as discretas memórias sobre algumas das amarguras morais e os padecimentos inevitáveis, mas subsidiários, que os desígnios bélicos da independência a todas e todos impuseram.

Deste modo, tanto em Moçambique como em Timor-Leste, as respetivas histórias de libertação nacional estão a ser contadas através dessas guerras constituintes que conduziram à emancipação do longo período colonial e à existência como Estados soberanos e independentes. Em ambas as sociedades, a pós-memória desses períodos traumáticos e fundadores está a consagrar-se através de rituais de atualização e fabricação de espaços consagrados epitomizados na toponímia como, por exemplo, em 'Praça dos Combatentes' ou 'Jardim dos Heróis' [1]. Estes nomes associados aos lugares e à memória inaugural contribuem para sedimentar essa mesma história da nação. Esta característica genética das independências de Moçambique e Timor-Leste, entre outras, determina tanto a sua lembrança como a sua agenda sobre a coesão nacional, heroicidade, reconciliação e sobretudo as discursividades latentes ou explícitas sobre os horizontes e as utopias coletivas.

Nos dois países encontro outra característica comum: os imaginários femininos, as análises e interpretações narradas pelas mulheres acerca desses períodos épicos são subalternizados por um zelo nacionalista viril dominante.

A obliteração da memória pelo apagamento quer das experiências quer das subjectividades das mulheres traduz-se, neste tempo pós-bélico e pós-independência, numa história nacional coartada e amputada de versões e significados tão importantes como os que têm estado em jogo nos discursos mais dominantes. Por outro lado, a discriminação cognitiva tende a reforçar uma mitologia nacionalista varonil que, ao contrário de realizar o que anunciou desde a sua génese, a igual dignidade de todos os seres humanos agora cidadãs e cidadãos de um país livre e independente, promove uma economia política do passado, do presente e do futuro sexista e injusta.

Neste texto, procuro mostrar alguns dos avessos desse imaginário nacionalista masculinizado e guerreiro. Pretendo atrair a atenção analítica e teórica, ainda que brevemente, para excertos dos discursos autorais de três mulheres que resistem ao conceito dominante de sofrimento e valentia nos conflitos armados, mostrando, ao mesmo tempo, que a violência sexual contra elas é tão fundadora da nação quanto o monocórdico e velho paradigma da conquista bélica. Como os sangues vertidos pelas vaginas violadas das mulheres ficam coagulados nas coxas e invisíveis aos olhares ou são escondidos e silenciados pelos medos e preconceitos, expor e narrar os sofrimentos que esses sangues evocam e provam é uma transgressão primordial. Narrar as amarguras é também encontrar palavras que nomeiem o que parece ser inominável. A *performance* que implica atribuir nome, designar, definir é, para muitas mulheres, o primeiro ato de profunda cura e libertação. Contrariam assim a estratégia do olvido e de uma violência tão naturalizada e remetida para a ordem do inevitável que deixa de poder ser dita, atribuída, nomeada. Os excertos de histórias de vida [2] que aqui se apresentam demonstram que dicotomias tais como a violência pública versus a violência privada ou ainda a violência física versus a violência emocional são realidades simbioticamente combinadas e contaminadas por relações de poder patriarcais inscritas em

**Estudos sobre
a P@X**

diferentes relações sociais e seus aparatos culturais e políticos, particularmente cruéis e dramáticos em contextos de guerra. Nas palavras destas três senhoras encontro as diferenciações que as suas experiências biográficas, políticas e culturais lhes imprimiram. São narrativas específicas que, tal como cada violência, precisam de um entendimento e uma abordagem particular.

Angelina Araújo[3] fala sobre a escravatura sexual infligida às mulheres de Timor durante a ocupação japonesa [4]. A descoberta de que se é vítima e o pronunciá-lo é um dos mais duros e resistentes exercícios de auto-determinação para as mulheres e de mudança de paradigma da narração de si, da sua vida e da história do seu país:

[...] Because, you know, the character of East Timor, not only of East Timor, but woman as woman, sometimes they, beside hers, they doesn't want to say because they're inside or inside of a community and also aside to their husband. [...] I know that, the impact if they want to recognize themselves as a victim. [...] Many of them, maybe 90, 90. Yeah. 90 years old.

[...] We after make research, we note that, and then we write that, we want to make all our history. [...] Is the place of a comfort woman met the Japanese army. [...] We make it public here at 2007, with the 15 victim and four witness boys who work for the woman and they came here to speak to the public. [...] we go to Xanana Gusmão, when he, as a president, we talked, we explained to him to considerate defeat in comfort women that can come. And then what, you know what he said? He said: forget it about the past. So very, very disappointed, so, as a researcher and also as a new generation, I think it's no good for.

Muitas mulheres timorenses, quando falam sobre a violência da guerra, fazem-no na primeira pessoa e em tom de testemunho que elas procuram que seja exemplar: para que não se repita jamais e com mais nenhuma. A senhora Fátima Guterres[5] fala assim das suas experiências pessoais enquanto prisioneira de guerra em 1976:

Quando chegámos a Alas, conduziram-me à prisão principal, onde já se encontrava a Soe Mali, Secretária da OPMT, e encaminharam-nos para a sala de interrogatórios. Foi aí que começou a vigorar a lei da violação, e percebi que não tinha ninguém para me defender. [...] Todas as noites, a Soe Mali e eu éramos interrogadas numa sala improvisada no quarto dos militares indonésios. Eles andavam de tronco nu com calções bem justos ou só em cuecas.

[...] Semanas depois [...] de repente, abriram a porta do helicóptero e empurraram a Soe Mali para fora. [...] Depois de umas voltas, voltámos ao local, o helicóptero baixou novamente, e eu vi a minha companheira de luta, já sem vida, deitada no chão, a ser violada pelos carrascos militares. Aquela cena marcou-me de uma forma traumática e parecia-me quase irreal.



Interior da Sede da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (antiga prisão de Balide, Dili, Timor-Leste). © Teresa Cunha



Pinturas e cartazes feitos por antigas vítimas e outros aquando da reabilitação do espaço. © Teresa Cunha

No caso de Moçambique, muitos discursos são indiretos e referem-se sempre a alguém que não está presente, ou seja, é dizer de si

Estudos sobre a P@X

Estudos sobre a P@X

por interpostas pessoas ou é assumido que se trata de uma experiência que, de tão repetida, é de todas. Falar da violência sexual envolve um tal grau de intimidade que a insegurança se estende por toda a vida das pessoas que a experimentaram ou a testemunharam, impotentemente. A senhora Maria do Céu Chambal [6] é uma das mulheres que fala de alguns dos sofrimentos das mulheres no tempo da guerra 76-92: raptos, casamentos e trabalhos forçados, mortes ocultadas, subjugação e escravidão. Para ela é preciso que todos esses males comecem a ser conhecidos e a fazer sentido para todas e todos os moçambicanos:

[...] [N]o tempo da guerra era uma coisa constante porque quando você viajasse ou quando os homens da Renamo, já não sabíamos se eram da Renamo ou que, mas a verdade a fama é da Renamo como aqueles que dizem ah se é Renamo Frelimo também. [...] Nos tempos da Renamo, os homens quando vinham do mato, entrasse numa aldeia não salvavam raptar as pessoas, raptavam as pessoas e você era obrigada a ser menina, quem salvava talvez uma velha, só alguém que eles iam fazer carregar sacos de cinquenta quilos até morrer pelo caminho mas jovem assim tinham que amar com aquela pessoa e isso era constante no tempo da guerra, as nossas camaradas eu não digo muito porque não vivi muito né, elas outras chegam das províncias, a informação não chega lá rápido mas pessoas civis sofreram muito. [...] Batiam, tá a ver, levava porrada, tinha que suportar tudo que o homem fazia, quer dizer era uma coisa normal, era uma coisa normal da tradição em si que uma mulher é uma escrava dum homem.

As experiências reveladas através destes discursos mostram o quão políticos são os corpos das mulheres e as suas mentes[7]. Este é o outro lado, parte indelével da identidade e história dos países destas mulheres, aquelas a quem não é garantido como aos demais combatentes o reconhecimento e uma redistribuição justa das amarguras e das doçuras das independências, dignidade e a esperada participação plena nos frutos trazidos pela paz.

É certo que se pode estar em guerra sem vestir farda, sem usar patente militar ou pegar em armas e *ir para a guerra*. É certo que as nações

se fundaram sobre mais escombros do que aqueles deixados nos campos de batalha. É este o desafio que procurei aqui: uma ciência política feminista e pós-colonial que alarga o campo teórico e analítico daquilo que são os discursos e as memórias sobre nacionalismos e as *suas* guerras.

Teresa Cunha

teresacunha@ces.uc.pt

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra em 2010 com uma tese intitulada: "Para além de um Índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista e pós-colonial das estratégias de poder e autoridade de mulheres de Moçambique e Timor-Leste". É Professora na Escola Superior de Educação de Coimbra, Formadora dos Centros Europeus de Juventude do Conselho da Europa e presidente da ONGD 'Ação para a Justiça e Paz'.

Notas

[1] Em Moçambique e Timor-Leste, respetivamente.

[2] As histórias de vida citadas neste texto fazem parte de um trabalho levado a cabo em Moçambique, Portugal e Timor-leste entre 2005 e 2009 no âmbito da minha tese de doutoramento.

[3] Entrevista a Angelina Araújo, 2009, Dili. Parece-me útil manter a transcrição em inglês que foi a língua que escolheu. Ela poderia ter falado em tetum mas preferiu o inglês por uma questão de reconhecimento social.

[4] Apesar de dar destaque às guerras ocorridas nos dois países na segunda metade do século XX, convém não esquecer que tanto num país como no outro se pode constatar um contínuo de violência armada ao longo de todo o século: as chamadas campanhas de pacificação promovidas pelo poder colonial português, a Segunda Guerra Mundial e conflitos bélicos regionais foram momentos de enorme violência bélica que as populações tiveram que experimentar e superar.

[5] Entrevista a Fátima Guterres, 2005, Lisboa.

[6] Entrevista a Céu Chambal, 2008, Maputo.

[7] Apesar de não caber neste artigo, é importante referir que as mulheres não são meras vítimas das guerras e dos nacionalismos e que a sua capacidade de resistir, contrariar e reconfigurar as suas vidas e as vidas das suas comunidades é imensa.